

Acabou-se o Brasil onde o 'rabo balança o cachorro'

Nos últimos anos, à medida em que o Brasil ficava cada vez mais atolado em sua dívida externa, surgiu um diagnóstico perfeito para definir a situação: "O cachorro já não está balançando o rabo, agora é o rabo que balança o cachorro". Por trás do dito pretensamente humorístico, escondia-se na verdade uma tragédia nacional, de proporções muitas maiores do que a opinião pública geralmente se apercebeu.

A partir de 1979, por exemplo, era fácil compreender que, por causa da dívida externa ("o rabo"), toda a economia ("o cachorro") e o povo brasileiro eram submetidos a provações. Por exemplo: foi fácil compreender que, em 1982, o Governo foi forçado a adotar uma série de medidas (achatamento de salários, aumento de impostos para reduzir o poder aquisitivo das famílias, cortes nos projetos governamentais para reduzir as encomendas à indústria), tudo com o objetivo de "fabricar uma recessão" em 1983, para reduzir as importações e o ritmo de crescimento da dívida externa.

A ditadura da dívida externa, porém, vinha de muito antes — o que muita gente boa não entendeu: foi ela que exigiu os "projetos faraônicos", os gastos absurdos do Governo, enquanto faltava dinheiro para resolver os problemas do emprego, da fome, da miséria no País. Tudo isso acabou no ano passado — sem que houvesse uma percepção clara da nova fase em que o País ingressou. E isso, esse desconhecimento da grande mudança ocorrida, que tem levado círculos conservadores a combaterem o "Programa de Emergência", ou mais corretamente, a "enfase ao problema social" que o novo Governo pretende adotar.

E pura desinformação (às vezes intencional) afirmar que "o País não pode gastar trilhões de cruzeiros

com a questão social neste momento", ou que isso é "redistribuição de renda prematura". É mero alarmismo afirmar que isso vai levar à inflação e a novas crises. Quem diz essas coisas não entendeu ainda que,

na verdade, a ofensiva contra a miséria, o desemprego e os problemas sociais é a melhor, se não a única opção econômica que se oferece ao País neste momento. Uma opção de caráter econômico, repita-se, e não uma opção de caráter "humanista" (equivocado, como diriam os críticos).

Como foi que o Brasil mergulhou no endividamento crescente e acele-

rado? Em 1968, na primeira gestão do Ministro Delfim Neto, adotou-se um modelo econômico que até o ex-ministro Mário Henrique Simonsen, que nunca integrou a oposição, viria a classificar, anos mais tarde, de "baseado em uma industrialização às avessas".

A política econômica brasileira desde a década de 60 estimulou as indústrias de bens de consumo (automóveis, eletrodomésticos e toda a badulaqueira que se conhece), antes de desenvolver os setores básicos. Com isso, à medida que a indústria crescia, crescia também a necessidade de importar aço, alumínio, plásticos — e petróleo (para movi-

mentar a gigantesca frota automobilística ou as caldeiras da indústria). O Brasil se transformou assim em um "gigante de pés de barro", dependente de importações, enfrentando "rombos" crescentes na balança comercial (exportações menores importações), que exigiam a tomada de empréstimos para pagar os compromissos no Exterior.

Em 1974, no governo Geisel, houve

exigência absurda, por parte dos credores:

— Damos US\$ 500 milhões de que vocês precisam, desde que tomem emprestados outros US\$ 500 milhões que — atenção — deverão ser gastos com encomendas à nossa própria indústria, isto é, em importações de nossos produtos.

Foi assim que aumentou o número de "projetos faraônicos", ou desmesurados. Para obter empréstimos lá fora, o Brasil era obrigado a inventar hidrelétricas de que não precisava, ferrovias adiáveis, sistemas de radares e, em certa escala, até o próprio programa nuclear, por exigência dos emprestados. Em todos esses projetos, além dos empréstimos externos, havia a necessidade de o Governo brasileiro aplicar também cruzeiros — que poderiam ter sido canalizados para outras áreas.

Desde o ano passado, como consequência da crise do sistema bancário internacional, esse tipo de exigência acabou. Agora, os banqueiros, os governos dos países ricos, querem reduzir os empréstimos aos países endividados. Agora nos emprestam o estritamente necessário para atender compromissos já existentes.

Assim, a situação do Brasil é totalmente diferente do "beco sem saída" de anos recentes. Os credores já não exigem projetos faraônicos. A substituição de importações (graças aos projetos iniciados em 1974) permite os grandes saldos positivos da balança comercial. Chegou a hora de mudar o "modelo", dando ênfase à criação de empregos e aos setores sociais. Essa é, como visto, uma necessidade para assegurar o crescimento econômico — já que há capacidade ociosa em muitos setores industriais e em áreas de infra-estrutura e não se pode pensar em mais investimentos para eles.



1

2

3

As enchentes que enchem

Ninguém está dizendo que não há inundações no Nordeste, neste momento, mas o noticiário sobre esse tipo de calamidade precisa ser "modernizado" com urgência, pois tal como vem sendo apresentado subdimensiona o problema, cria ângustia desnecessária — e ajuda, muitas vezes, os especuladores com preços de alimento.

Até hoje a cobertura da imprensa ainda não descobriu o óbvio: que a massa d'água que inunda cidades das cabeceiras do São Francisco — por exemplo —, em Minas vai "caminhado" rio acima, através dos Estados da Bahia, Alagoas e Sergipe, fatalmente inundando as cidades ao longo do percurso, mesmo que não chova nessas regiões. A medida em que a massa d'água "anda", no entanto, obviamente a inundação cede ou termina nas cidades que ficaram para trás. Vendo-se o noticiário, a impressão que fica é de uma catástrofe com dias e dias de inundação, em várias cidades simultaneamente.

O poder do "Lobby" dos gaúchos

A elevação de 13 por cento para os preços do óleo de soja, prevista para a próxima semana, mostra que o "lobby" gaúcho não perdeu sua força na nova República. Beneficiada com crédito rural altamente subsubsidiado em 1983 e, em menor escala, em 1984, o setor ganhou rios de dinheiro, com o produto freqüentemente vendido acima das cotações mundiais. No ano passado o ex-secretário da Seap Milton Dallari quis que os reajustes de preços do setor levassem em conta o preço médio da matéria-prima, a soja, comprada a baixos preços no começo da safra e estocada pelas indústrias.

Perdeu todas as batalhas. Agora, repete-se a mesma trama e o setor é privilegiado com reajustes injustificadamente concedido a grandes indústrias e redes de comercialização.

São Paulo, ano da graça de 1985

Um agricultor foi morto em pleno centro de São Paulo, por haver vendido um lote de batatas diretamente a restaurantes. Foi eliminado, para que outros não repetissem o gesto de rebeldia, deixando de entregar sua produção à "máfia da batata", que a revende com um lucro de 500 por cento.

São Paulo, 1985, terceiro ano de um governo de oposição. O problema dos preços dos alimentos não terá solução apenas com pomposas teses acadêmicas sobre "Culturas de exportação versus alimentos populares", tão apreciadas à direita e à esquerda. Depende também de medidas práticas e de autoridades que não continuem fingindo que não sabem o que acontece na área da intermediação, onde há "máfias" rudimentares, e "máfias" de alto círculo, sustentadas nos últimos anos pelo próprio crédito rural, injustificadamente concedido a grandes indústrias e redes de comercialização.

A volta do 'romântico' Rischbieter

Presidente do Banco do Brasil, Karlos Rischbieter criou os postos de créditos rurais avançados, na própria Zona Rural, para tirar os pequenos produtores, de regiões distantes, das mãos do atravessador. Ministro da Fazenda, determinou estudos sobre a concentração do crédito rural, altamente subsidiado pela Nação, e que trouxe à luz a realidade estarrecedora: em 12 milhões de produtores rurais, somente 1 milhão tinha acesso ao crédito rural e, desses, apenas 3 por cento ficavam com praticamente 50 por cento do total de empréstimos. Isto é: de 12 milhões de agricultores, apenas 30 mil mutuários — inclusive supermercados e indústrias — ficavam com metade dos trilhões de cruzeiros em subsídios, "doados" por todos os brasileiros — inclusive os nordestinos, miseráveis.

Por iniciativas como essas, Rischbieter foi rotulado de "romântico", alguém que não tinha entendido a realidade, isto é, que o objetivo da política econômica era mesmo favorecer grandes grupos e não havia outro caminho a trilhar. A Nova Re-

pública o redescobriu, conferindo-lhe um posto secundário, à frente do IBC. Rischbieter mais uma vez dá mostras de que continua irremedavelmente "romântico", desejo de um Brasil menos injusto.

No Governo Figueiredo a especulação com os preços do café foi sustentada pelo crédito oficial e por previsões de "quebra da safra" divulgadas pelo IBC — embora haja superprodução mundial do produto. Rischbieter, em entrevistas, demonstrou saber o que muitos ministros e tecnocratas ignoram: que os governantes não podem ser "a favor" dos empresários e "contra o consumidor", o povo. Cabe-lhes conciliar os interesses de ambos. E na sua estranheza, ante os altíssimos preços do produto, declarou — fato talvez inédito no Brasil — que há café escondido, tanto que conhecem produtores com até duas safras estocadas.

Antes de Rischbieter assumir, a saca de café, no mercado a futuro, estava cotaada à bagatela de Cr\$ 2,3 milhões, para março de 1986. Agora, Cr\$ 1,8 milhão. Ainda uma exorbitância.

Alimentos e recuperação

Os levantamentos mais recentes do IBGE indicam uma safra recorde de grão este ano, com 52 milhões de toneladas, contra 51,2 milhões em 1984. O dado é duplamente importante: assegura que a tendência para a inflação pode ser mantida, graças à estabilização dos preços dos alimentos. E essa estabilização favorecerá, o crescimento da economia, já que, graças a ela, "sobrarão" mais dinheiro para a compra de bens industriais, ao longo dos meses.

As análises econômicas no Brasil continuam a padecer de um velho mal: não separam fatores conjunturais, de curto prazo, das tendências de médio prazo. Por isso, acabam sendo desastrosas. Ainda agora diz-se que a recessão está de volta, tanto que o comércio das capitais teria acusado forte queda nas vendas, nas primeiras semanas de abril. Ora, a recessão de 1983 era previsível, foi "fabricada" por medidas do Governo. Da mesma forma, a recuperação de 1984 era inevitável, por uma série de mudanças ocorridas na economia nacional e internacional, em relação ao ano anterior.

Assim, só haveria uma nova recessão à vista se os fatores positivos tivessem saído de cena. E isso não ocorreu. Ao contrário: como tendência de médio prazo, a perspectiva é de intensificação do crescimento da economia. Por que? Antes de mais nada, porque a inflação está em queda — e isto significa corrosão mais lenta do poder aquisitivo da população, beneficiando a manutenção do ritmo de vendas. Em segundo, pela próxi-

ma elevação do salário mínimo (não importa que ele continue insatisfatório). Do ponto de vista da demanda, o que conta é que milhões de famílias terão seu poder aquisitivo temporariamente revigorado. Em terceiro lugar há as próprias quedas das taxas de juros, que estimulam os negócios. Finalmente, deve-se notar que somente a partir da segunda semana de abril o Governo liberou o crédito para a comercialização das novas safras, aplicando quase Cr\$ 3 trilhões, em três semanas. E dinheiro injetado no interior, que retornará parcialmente às capitais, sob a forma de encomendas às indústrias, com efeitos multiplicadores sobre o emprego — e a própria demanda.

A radicalização de José Sarney

Tancredo Neves tinha um crédito de confiança junto ao povo, poderia adiar decisões drásticas e contaria com compreensão, fundada na crença de que ele "ainda chegaria lá". A situação de Sarney é diferente, precisa conquistar apoio e confiança rapidamente — e por isso terá que radicalizar, muitas vezes. Essa interpretação, corrente em alguns meios político-empresariais, já encontrou algumas confirmações nos últimos dias. Exemplo: a decisão de não recorrer a Decretos-lei. Outro: a mudança de nome do Ministério de Assuntos Fundiários, para Ministério da Reforma Agrária. Um detalhe aparentemente insignificante — mas só para quem ignora o teor explosivo da expressão "reforma agrária" em certos meios conservadores.

Onde está o monetarismo?

Quando o Governo cortou o crédito nos bancos oficiais, surgiram as interpretações de que estava em cena o "arrocho monetarista" ditado pelo FMI e que isso levaria à recessão. Neste momento em que o comércio afirma estar vendendo menos, a versão é repetida. Ora, as seções de finanças dos jornais estão cheias de notícias sobre a grande "sobra" de dinheiro nos bancos, tanto que eles reduziram a captação de depósitos a prazo (CDBs) — e reduziram as taxas de juros pagas ao aplicador. Não há arrocho "recessionista".

GERALDO H. B.